



NOTAS DE REVISÃO CRÍTICA DE PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO: a evolução de uma metáfora

CRITICAL REVIEW NOTES OF THEORETICAL ASSUMPTIONS ON DEVELOPMENT: the evolution of a metaphor

NOTES DE REVUE CRITIQUE DES HYPOTHÈSES THÉORIQUES SUR LE DÉVELOPPEMENT: l'évolution d'une métaphore

Josemar de Campos Maciel¹ & Flávia Cristina A. Palhares Machado²

Resumo: O texto quer apresentar uma estratégia relevante no âmbito dos Estudos Críticos do Desenvolvimento. Nesta área de investigação, expõem-se pressupostos e estratégias discursivas que normalizam atitudes e iniciativas autoritárias e violência simbólica, disfarçadas de projetos de Desenvolvimento. Com a aparência de combate à pobreza, a um suposto atraso e falta de conforto, pratica-se de fato a imposição de modos de ser e fazer universalizados mediante estratégias de discurso. O artigo se apoia nas reflexões de um dos teóricos mais importantes dos estudos de pressupostos do Desenvolvimento, Gilbert Rist, que associa o movimento de normalização de concepções à criação de dogmas, como acontece nos diversos fundamentalismos. O texto é uma exploração de alguns de seus insights, complementados por outros comentaristas, que desinstalam algumas estratégias de normalização do ideário liberal e aceleracionista.

1 Josemar de Campo Maciel é doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, tem estágio pós-doutoral concluído (Estudos Culturais, EACH-USP), é professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UCDB. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8277-9422>. Email: maciel50334@yahoo.com.br.

2 Flávia C. A. Palhares Machado é arquiteta e urbanista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UCDB. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2601-0771>. Email: flaviapalharesmachado@gmail.com.

Palavras chave: Estudos críticos do desenvolvimento; Discurso; Pressupostos.

Abstract: The text aims at presenting a relevant strategy in the context of Critical Development Studies. In this area of research, we expose assumptions and discursive strategies that normalize authoritarian attitudes and initiatives and symbolic violence, disguised as Development projects. Pretending to fight against poverty, a supposed delay and lack of comfort or precarious living conditions, the practice of imposing ways of being and doing is universalized through discourse strategies. The article is based on the reflections of one of the most important theoreticians in the studies of Development assumptions, Gilbert Rist, who associates the movement of normalization of conceptions and assumptions with the creation of dogmas, as happens in different fundamentalisms. The text explores some of his insights, complemented by other commentators, who uninstall some strategies for normalizing the liberal and accelerationist ideas.

keywords: Critical development studies; Speech, Assumptions.

Resumé: le texte veut présenter une stratégie pertinente dans le contexte des études critiques du développement. Dans ce domaine de recherche, nous exposons des hypothèses et des stratégies discursives qui normalisent les attitudes et initiatives autoritaires et la violence symbolique, déguisées en projets de développement. Avec l'apparence de la lutte contre la pauvreté, la precarité de conduction de vie, d'un retard supposé et un manque de confort, la pratique d'imposer des manières d'être et de faire est universalisée à travers des stratégies de discours. L'article est basé sur les réflexions de l'un des théoriciens les plus importants dans les études des hypothèses de développement, Gilbert Rist, qui associe le mouvement de normalisation des conceptions à la création de dogmes, comme cela se passe dans les différents fondamentalismes. Le texte est une exploration de certaines de ses idées, complétées par d'autres commentateurs, qui désinstallent certaines stratégies pour normaliser les idées libérales et accélératrices.

114

Mots-clés: Études critiques du développement; Discours, Suppositions.

INTRODUÇÃO

Ao observarmos a maneira como o termo desenvolvimento vem sendo utilizado ao longo da história verifica-se que seu significado se molda conforme o contexto em que é utilizado, ocasionando uma constante imprecisão semântica. “Desenvolvimento” é uma palavra de uso corrente cujo sentido assenta-se em uma rede de significados à qual nos encontramos firmemente atados e que tem guiado o

pensamento e o comportamento do sujeito moderno, não obstante a dificuldade em estabelecer-se concretamente o seu estatuto (RIST, 2007).

Para o senso comum, desenvolvimento é uma palavra que designa um processo positivo através do qual emergem as potencialidades de um objeto ou organismo, até que este alcance a sua plenitude, razão pela qual o termo é constantemente utilizado para referir-se a crescimento ou evolução. Entretanto, no campo social observa-se, com bastante frequência, que o esforço empreendido em nome do desenvolvimento tem produzido o oposto do que se preconiza como seus objetivos. Intenções, juízos de valores, preconceitos e ideologias nem sempre desejados, acabam maculando o seu conteúdo, independente do sentido ou contexto em que o termo é utilizado.

Talvez tanto quanto uma palavra gasta pelo uso, ou pelo excesso imprudente deste, o Desenvolvimento tenha se transformado aos poucos numa espécie de mito de si mesmo. Uma palavra que implica em diversas concepções que não podem ser discutidas, porque gerariam um descrédito para quem ousasse enfrentar o tabu. Quem, por exemplo, questionasse a boa vontade nas intervenções pós – 11 de Setembro no Iraque, por parte da Águia da Liberdade, está sendo enviado para Guantánamo (CHOMSKY, 2005).

115

PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO na gênese da Modernidade

Biologicamente, o desenvolvimento dos seres vivos refere-se ao processo pelo qual estes podem alcançar seu potencial genético e caso isto não ocorra, torna-se uma anomalia ou patologia. Esteva (2010) lembra que entre os séculos XVIII e XIX, a partir dos trabalhos de Wolff e Darwin, as palavras evolução e desenvolvimento foram utilizadas com o mesmo sentido. Já nesta época a metáfora biológica de evolução (e de seu equivalente, desenvolvimento) como uma transformação de um ser em uma forma mais perfeita ou apropriada foi transferida para os estudos dos processos de mudanças sociais, políticas e históricas.

O período Iluminista, conforme lembram PEET e HARTWICK (2015) permitiu a humanidade consolidar a crença de que a ciência poderia libertar o homem das vicissitudes e limitações da natureza e que a razão humana dominaria a ignorância, superstições e tiranias, especialmente aquelas impostas pela religião (sobretudo pela Igreja Católica) e pelas aristocracias hereditárias ou teocráticas. As transformações no comportamento e nos sistemas filosóficos humanos, entretanto,

nunca foram neutras, servindo a diferentes interesses e a tarefa empreendida pelos filósofos políticos e econômicos dos séculos XVII e XVIII tais como Thomas Hobbes, John Locke, David Hume era propor fundamentos políticos e econômicos que servissem ao estabelecimento da nova classe capitalista que começava a se formar em oposição às antigas aristocracias e ao sistema feudal. Os filósofos deste período desenvolveram suas ideias a partir da perspectiva de conciliar interesses individuais com o bem comum, baseando-se não mais na base moral da religião ou de Deus, nem na força armada do estado. A noção de liberdade se construía para emancipar os homens das obrigações servis e feudais a uma nobreza hereditária ou teocrática e do controle da Igreja Católica e do seu clero, compondo junto com as ideias igualdade, direitos naturais individuais, democracia e direitos civis os fundamentos sobre os quais a sociedade moderna se apoiou e que norteiam, inspiram, e povoam até hoje a nossa imaginação e o nosso léxico.

Embora críticos, os trabalhos de Marx e daqueles que o sucederam elevaram o desenvolvimento a uma categoria fundamental, um processo histórico natural e ininterrupto. Marx observou que os valores proclamados pelos filósofos iluminista de individualidade, igualdade, e liberdade esbarravam no processo de produção e circulação de capital e de produtos (PEET e HARTWICK, 2015). Marx afirmava que o modo de produção material condiciona o processo geral de construção da vida social, política e intelectual da sociedade, e que não seria a consciência humana que determina a sua existência, mas ao contrário, a existência social que determinaria a sua consciência. Peet e Hartwick (2015, p. 175) observam que Marx argumentava que o nível de desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade e sua habilidade em transformar a natureza limitava o seu próprio desenvolvimento social e político condicionando a sua cultura, ou seja, a estrutura econômica, as forças e relações de produção, determinam a superestrutura da sociedade em geral que compreende a sua cultura, política, o estado e a própria consciência.

A ideia de desenvolvimento a qual Marx se referia era construída a partir da economia e atrelada às condições de produção material e às relações de poder e controle sobre este processo, incluindo ferramentas, máquinas e infraestrutura, e que possibilitaria uma melhoria da vida material das pessoas. Marx imaginava que todas as sociedades passariam pelas mesmas etapas históricas de transformações dos modos de produção e, portanto, pelos mesmos estágios de desenvolvimento, ainda que de maneira irregular. Como consequência, as relações entre sociedades que viviam diferentes modos de produção e condições materiais tomavam forma de articulações de subordinação e dominação por parte daquela tida por mais poderosa,

e, portanto, mais desenvolvida, sobre a menos poderosa ou subdesenvolvida. Em consequência, o estudo marxista sobre o desenvolvimento baseia-se na análise estrutural das articulações entre modos de produção que se desenvolveram de forma irregular pelo mundo. PEET e HARTWICK (2015, p. 183) afirmam ainda que, de acordo com a perspectiva marxista, o capitalismo seria uma forma de desenvolvimento baseada na exploração de mais-valia dos trabalhadores e na competição entre capitalistas, tanto dentro dos limites interno de uma nação, como nas relações externas entre nações.

Desta forma erigiu-se a partir do Iluminismo e ganhou força com a Modernidade uma crença quase dogmática de que a racionalidade e os avanços das ciências e das tecnologias poderiam conduzir a humanidade a um mundo melhor, ou seja, a um estágio de maior desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento tornou-se, então, um dos pilares da modernidade, legitimando a domesticação e o controle da natureza e do ambiente pela humanidade, de acordo com os seus desígnios ou necessidades, bem como a subjunção de povos inteiros que não apresentassem as mesmas condições materiais ou culturais vividas pelo povo europeu, porta-vozes do discurso do desenvolvimento para todas as demais regiões do planeta. Como afirma Rist (2008), "no coração do pensamento ocidental se encontra uma ideia de história da humanidade em que o desenvolvimento das sociedades, conhecimento e riqueza correspondem aos princípios naturais e são a fonte do dinamismo das transformações sociais e que se assenta a possibilidade de uma grande narrativa." Criou-se um paradigma através do qual a doutrina do evolucionismo social firmou raízes na imaginação popular, e que admitia a superioridade de algumas sociedades sobre outras. Embora diferentes autores distinguissem diferentes maneiras os estágios pelos quais cada sociedade deveria passar, tacitamente concordavam que o progresso teria o mesmo estatuto, que todas as nações percorriam a mesma trajetória em direção ao progresso, embora em diferentes velocidades (RIST, 2008).

No século XIX, conforme nota Esteva (2010), auto-desenvolvimento (*self-development*) tornou-se uma palavra de uso corrente, apontando para o Homem como sujeito do próprio desenvolvimento, distinto dos desígnios de qualquer divindade. O uso vernacular do termo desenvolvimento foi adquirindo um poder colonizador que estabeleceu uma agenda para a história, um desejável, necessário e inevitável destino que foi logo explorado politicamente por diferentes e antagônicas matizes ideológicos, acabou por estabelecer que o modo de produção industrial seria o mais avançado estágio de evolução social, entregando às Ciências

o papel deificado de guia deste processo. Esta noção de desenvolvimento tornou hegemônica um padrão estabelecido a partir da história do Ocidente, com uma visão eurocêntrica que impedia que diferentes povos com diferentes culturas tivessem autonomia para definir suas próprias formas de organização e vida social e econômica (Esteva 2001).

O colonialismo tardio do fim do século XIX e início do século XX (especialmente o britânico, mas também o francês, alemão e belga) também se apropriou do termo para atribuir um sentido mais afirmativo e assim justificar as suas políticas e ações junto as colônias e protetorados. Ao definir que os colonizadores teriam a responsabilidade de cuidar do bem-estar das populações nativas, afirmava-se que o modelo de bem-estar pretendido seria aquele experienciado por eles e, portanto, o desenvolvimento das colônias de acordo com este modelo seria o objetivo a ser alcançado. O colonialismo deste período era bastante diferente do colonialismo mercantilista praticado pelas nações europeias nos séculos XV a XIX, cujo objetivo principal era a acumulação de capital por parte das metrópoles, a saber ouro, prata e diamantes. A conquista e o controle das colônias por parte das nações europeias compreendiam o saque das riquezas e recursos dos povos colonizados, o estabelecimento de relações comerciais desiguais entre as colônias e suas metrópoles e a produção de produtos exóticos as condições naturais europeias através do trabalho escravo. As riquezas arrancadas das colônias neste período permitiram a acumulação de capital que financiou a revolução industrial europeia (PEET e HARTWICK, 2015).

No final do século XIX, a Europa deu início a um novo ciclo de colonialismo. Em princípio não havia uma doutrina muito clara, as nações europeias procuravam aumentar seu poderio colonizando novas áreas, mas encontravam resistências internas para isso, pois os economistas da época calculavam que os custos decorrentes da ocupação e administração dos novos territórios não compensariam os lucros que poderiam ser auferidos. No entanto, o crescimento da produção industrial alcançado a partir da revolução industrial e a acumulação de capital exigiam novos mercados consumidores e maiores possibilidades de lucro. Para legitimar as reais intenções colonizadoras os argumentos em seu favor foram revestidos de um viés humanitário e filantrópico, uma promessa civilizatória para povos primitivos, um dever moral das 'raças superiores' em relação a estes povos de 'raça inferior', que deveriam com estes compartilhar os benefícios da ciência e do progresso alcançados em solo europeu, possibilitando-lhes ferramentas e instrumentos úteis ao seu crescimento e desenvolvimento (RIST, 2008). O esforço

arregimentou Sociedades Geográficas, Igrejas e Sociedades Missionárias e inclusive intelectuais como Júlio Verne ou Victor Hugo que enriqueceram o imaginário europeu com narrativas fantásticas divulgando o discurso do progresso e do desenvolvimento para os povos exóticos. Nas colônias reproduziram-se estruturas administrativas e funcionais que imitavam os modelos europeus, e que tinham como objetivo garantir que a vida das colônias espelhasse o modo de vida e de produção corrente em solo europeu, e assim a produção social, cultural e material dos povos nativos das colônias era assimilada de acordo com modelos impostos pelos colonizadores europeus, os quais consideravam suas próprias ações como humanitárias e generosas, mas não reconheciam os povos nativos como sujeitos reais e autônomos (RIST, 2008).

A chegada de século XX trouxe novos usos para a palavra desenvolvimento que acabaram por se espalhar e acrescentar mais ambiguidade ao termo. ‘Desenvolvimento urbano’, por exemplo, passou a designar um modo de reformulação e produção do espaço urbanos definido por Esteve como homogêneo e industrial, atendendo a funções e instalações determinadas ou específicas. O Tratado de Versalhes, que marcou o final da I Guerra Mundial, em 1919, foi precedido pelo estabelecimento da Convenção da Liga das Nações, primeira instituição política de abrangência internacional. Esse texto é relevante para a compreensão do sentido que a palavra desenvolvimento foi tomando a partir de então, pois definia o sistema de controle político e administrativo sobre as possessões territoriais fora do solo europeu das nações derrotadas na I Guerra o qual caberia a uma autoridade internacional, a Liga das Nações, que emitiriam mandatos para as nações vencedoras administrarem estes territórios ‘disponíveis’ através de protetorados, ou seja, um arranjo geopolítico entre as nações vencedoras, incluindo os Estados Unidos, para controlar o espólio dos países derrotados, e aumentar a sua área de influência, extinguindo o protecionismo colonial das metrópoles até então prevalente (RIST, 2008). O artigo 22 da Convenção, conforme analisa Rist (2008), propunha que tais territórios, habitados por povos que ainda não tinham atingido as mesmas condições de vida existentes no mundo moderno, e anteriormente pertencentes as nações derrotadas, deveriam ser tutelados por nações avançadas, as quais teriam também sob sua custódia o dever sagrado e humanitário de promover o bem-estar e o desenvolvimento destes povos. A Liga das Nações reconhecia que estas comunidades apresentavam diferentes níveis ou estágios de desenvolvimento e apontava um estágio de desenvolvimento desejável ou pretendido para estes

povos, cuja referência era, obviamente, aquele encontrado nas nações pertencentes a Liga.

O fim da II Grande Guerra, no final da década de 1940 e os esforços mundiais para a reconstrução da ordem mundial foram o ambiente em que o desenvolvimento, como meta para as nações, ganhou força. O momento marca a ascensão dos EUA como potência hegemônica, e para consolidar sua nova posição mundial e fazê-la permanente, conceberam o desenvolvimento como um modelo a ser perseguido, simbólico de seu poderio, e lançaram uma campanha com alcance global com o objetivo implícito de legitimar seu discurso. Assim foi concebido o desenvolvimento enquanto reprodução do modelo de vida e de produção econômica, política e social e dos valores estadunidenses.

Esteva (2010) aponta o discurso do Presidente Truman em 20 de janeiro de 1949 como o marco temporal do que denomina a “era do desenvolvimento”, afirmando que o mesmo foi cuidadosamente preparado para explicitar todos estes objetivos e reforçar a liderança dos EUA, assegurando os seus interesses em relação as demais nações. A ideia da contradição nas acepções do desenvolvimento segundo o autor começa a se evidenciar a partir do uso do termo subdesenvolvido utilizado por Truman para designando todos os povos que não viviam de acordo com o ‘*american way of life*’. Nesta data, 2 bilhões de pessoas que viviam suas vidas em sua diversidade, de acordo com sua própria história, organização política e social, culturas distintas e sua produção material típica destas condições particulares, tornaram-se subdesenvolvidos pois não compartilhavam o modelo americano. A partir de então a conotação que prevaleceu para o termo desenvolvimento foi, segundo Esteva (2010), escapar da condição indigna e inferior chamada ‘subdesenvolvimento’.

O impacto desta conotação de desenvolvimento afetou a maneira como os povos e os sujeitos percebem a sua condição no mundo, pois para um sujeito conceber a possibilidade de superar uma condição particular, é necessário que primeiramente admita pertencer a ela. Esteva aponta que para 2/3 da população mundial pensar em desenvolvimento requer primeiramente a percepção por parte destes de seu subdesenvolvimento e de todas as suas implicações: a subordinação e subjugação aos modelos aceitos como desenvolvidos a partir da discriminação, da elaboração de preconceitos e por fim, da rejeição e abandono da própria cultura, história, valores e organização social. A condição de subdesenvolvimento, portanto, usurpa destes povos o seu protagonismo na definição de seus próprios objetivos e

destrói a confiança em sua própria cultura. Em sua reflexão Esteva afirma que o impacto provocado pelas palavras de Truman em seu discurso de 1949 provocou a percepção de que o subdesenvolvimento é real, concreto, identificável e quantificável, tornando-o um fenômeno real e inequívoco. Em consequência, subdesenvolvimento, tornou-se um objeto de estudo e investigação, cujas origens e causas materiais e históricas passaram a ser investigadas. Entre as várias tendências de abordagem ao assunto, Esteva (2010) chama a atenção para aquelas que apontam o passado colonial dos países tidos como subdesenvolvidos, como causa para esta condição, entre elas a Teoria da Dependência. A crítica à pilhagem e exploração destes povos ocorridas durante os processos de colonização destes países e que continuaram mesmo após o desligamento das metrópoles acabou por impor-se sentenciosamente através destas teorias ditas críticas, ocultando, e em consequência acabando por reforçar, o sentido homogeneizador do conceito de desenvolvimento ao qual estas teorias pretendem se opor. Infere-se, através da argumentação do autor, que desenvolvimento e, por suposto seu antônimo subdesenvolvimento, são temas que devem ser estudados com cuidado pois mesmo uma visão crítica pode tornar-se enganosa por não observar as distintas realidades e condições históricas, sociais e materiais dos diferentes povos no mundo, conduzindo a falsa percepção de que a evolução (ou o desenvolvimento...) de diferentes povos, grupos sociais ou nações poderia transcorrer de maneira linear e homogênea.

121

As distorções apontadas por Esteva (2010) sobre o tema agravaram-se principalmente a partir das ações e políticas que visavam promover o desenvolvimento após o final da II Guerra Mundial (cenário no qual Truman faz seu paradigmático discurso de 1949, mencionado por Esteva) e do reducionismo “crescimento econômico”, o que transformou desenvolvimento em simples crescimento da renda per capita em áreas consideradas economicamente subdesenvolvidas. Até meados da década de 1950 a ideia de desenvolvimento era pautada por métricas e indicadores econômicos estabelecidos para e por países tidos como desenvolvidos e baseados em uma crença de que a industrialização seria o antídoto ao subdesenvolvimento.

A evolução do sentido e dos objetivos do desenvolvimento nas últimas décadas evidencia também o crescimento do protagonismo da Organização das Nações Unidas (ONU), criada no pós-guerra com a intenção inicial de prevenir outros conflitos, bem como de suas diversas agências, no debate, nas definições e nas efetivas ações em prol do desenvolvimento. A ideia de “desenvolvimento social” começou a emergir de maneira incipiente a partir da publicação do primeiro

Relatório da Situação Social Mundial da ONU em 1952, permanecendo vagamente definida até meados da década de 1970 mas refletindo com clareza uma distinção entre as percepções de desenvolvimento ‘social’ e ‘econômico’. No entanto, até o fim da década de 1960 a visão que prevalecia entre os economistas era de que a observância dos aspectos sociais nas políticas de desenvolvimento representava, na verdade, um obstáculo ao alcance de seus objetivos. (Esteva, 2010).

A chamada “teoria da Dependência” nasce entre a Palestina e a América Latina para afirmar que por debaixo desse aparente exagero tecnicista existia uma ganância mal disfarçada. Ou seja, que o desenvolvimento pós-Plano Marshall, assim universalizado, seria uma estratégia para facilitar a divisão do mundo em lotes fornecedores de matéria-prima para os esforços industriais e consolidadores dos “Welfare State” do Centro enquanto os países periféricos descobriam, *volentes aut nolentes*, que sua vocação seria a de produzir commodities para acelerar esse movimento para o alto. Ou que, em poucas palavras, as estratégias de produção da paz duradoura de Truman nada mais eram senão uma euforização discursiva da velha conhecida, a acumulação sem limites do centro, às expensas da periferia (OLUKOSHI, 2017).

A percepção das iniquidades que acompanhavam o crescimento econômico postulado no período pós-guerra tornou-se mais evidente na década de 1970, a partir de quando se intensificaram os esforços para que nas proposições desenvolvimentistas se fundissem e integrassem os aspectos econômicos e sociais. No entanto no mesmo período novas pautas começaram a despontar e com elas novas disciplinas e ciências ganharam voz, tornando o debate sobre o tema ainda mais ruidoso: meio ambiente, fome, gênero, desemprego, renda, habitat, natureza, etnias, preservação.

Esteva (2010) identifica como pontos de inflexão na narrativa das transformações do discurso do desenvolvimento a Declaração de Cocoyoc de 1974 e o Relatório de Dag-Hammarskjöld de 1975, produzidos pela ONU, nos quais sinalizava-se que um “outro” desenvolvimento passava a ser tensionado, e palavras como satisfação, necessidades básicas, bem estar, autoconfiança, diversidade, coletividade passaram a ser utilizadas para designar um desenvolvimento cujo foco e objetivo passava a ser o próprio homem. A Conferência do Trabalho, Distribuição do de Renda e Progresso Social, organizada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho, agência multilateral da ONU especializada nas questões do trabalho) de 1976 apresentou a abordagem das necessidades mínimas ou básicas como

estratégias para alcançar o desenvolvimento, sugerindo que lidar diretamente com estas demandas específicas seria mais eficiente do que esperar a satisfação destas necessidades básicas como consequência de processos amplos de desenvolvimento. Para o Banco Mundial, bem como inúmeros governos e agentes de desenvolvimento esta estratégia mostrava-se atrativa por apresentar uma ‘aplicabilidade universal’ embora baseada nas singularidades das demandas e necessidades de cada país ou região. Contribuiu para o debate também a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, outra agência especializada da ONU) com o conceito de *desenvolvimento endógeno*, que propunha que as particularidades de cada nação fossem tomadas em consideração, opondo-se a crença indiscriminada da industrialização como objetivo, meta e resultado do desenvolvimento.

A ideia de desenvolvimento endógeno que começava a emergir era fortemente contraditória aos modelos e entendimentos até então prevalentes. A aplicação deste novo conceito levaria, inevitavelmente, a dissolução da tradicional noção de desenvolvimento, pois conforme marca Esteva (2010), iniciativas realmente endógenas que emergissem de diferentes culturas e sistemas de valores, não poderiam oferecer a garantia de que este caminho levaria ao desenvolvimento, pelo menos àquele baseado em um único e universal modelo.

A década de 1980 foi considerada como ‘década perdida’ do desenvolvimento, enquanto que a década de 1990 se apresentou como momento de novas mudanças na interpretação do termo que culminaria, conforme aponta Esteva (2010), no surgimento de um novo *ethos* do desenvolvimento que seria composto de duas correntes bastante distintas: a ideia de ‘redesenvolvimento’ que se espalhou nos países considerados já desenvolvidos, que tinha como objetivo correções ou ajustes dos processos de desenvolvimento, e o ‘redesenvolvimento’ dos países ditos subdesenvolvidos, que corresponde aos ajustes que estes países tiveram que sofrer para adaptar-se a nova ordem e modo de produção econômica e de distribuição de mercados impostas pelas nações desenvolvidas a partir dos processos de globalização e que levaram a subalternização do setor informal da economia (ou seja, daquelas atividades que não se definem a partir das mesmas métricas e indicadores adotados pelos diversos agentes do desenvolvimento).

Um novo ponto de inflexão sugerido por Esteva (2010) foi marcado pela publicação do Relatório Brundtland, em 1987, que ao lançar as proposições para um ‘futuro comum’ apresenta a ideia de ‘desenvolvimento sustentável’, que, no

entanto, também é criticada pelo autor por considerar que a expressão é frequentemente utilizada para designar um “desenvolvimento que se sustenta”, significativamente diferente. Na década de 1990 surgiu então um esforço em se estabelecer indicadores econômicos e métricas que permitissem a análise e comparação de dados e informações a respeito do desenvolvimento sócio-econômico das nações, empreendido pelo UNRISD (Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano) e pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, agência de fomento do desenvolvimento da ONU), com a publicação do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano publicado em 1990. Este documento apresentava o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, uma escala numérica comparativa entre países que tenta definir, nas palavras do autor, o quão distante estes se encontram daqueles países considerados como modelos de desenvolvimento, tentando comparar informações a respeito da expectativa de vida, analfabetismo e do PIB (Produto Interno Bruto) per capita destes países. No entanto, esta métrica estabelecida não seria suficiente, conforme critica Esteva, para mensurar se um indivíduo letrado e com uma maior expectativa de vida teria acesso ou não aos recursos para a satisfação de suas necessidades básicas.

124

A história do desenvolvimento evidencia que o processo de construção do conceito de desenvolvimento foi, a partir do século XIX, baseado na subordinação de todas as formas de interações sociais e da produção cultural de diferentes povos às formulações e doutrinas estabelecidas pela economia como disciplina ou ciência. Os valores estabelecidos por esta ciência se afirmaram a partir da desvalorização das demais esferas da vida humana, oferecendo argumentos científicos que justificassem a usurpação dos conhecimentos tácitos, de riquezas e potencialidades de diversos povos, transformando-os em carências, privações e; sobretudo, reduzindo o trabalho humano e a natureza a condição de recursos ou commodities.

A economia acabou por constituir uma nova racionalidade, que indiscriminadamente se impôs e se espalhou pelo mundo de maneira dogmática e falaciosa, apoiada pela crença do desenvolvimento como uma metáfora para o paraíso perdido cujo reencontro acabou por constituir o objetivo da humanidade. A elevação do status da economia como ciência ordenadora da vida cotidiano das pessoas e das políticas governamentais das nações apoiou-se em um discurso ideológico moldado por uma hierarquia de valores, pela imposição de modelos homogeneizadores a serem reproduzidos inadvertidamente e geradores de múltiplos preconceitos que acabam por gerar um enorme contingente de excluídos ou

marginais, ou seja, todos os grupos que não conseguem enquadrar-se aos modelos hegemônicos.

Os modelos consolidados a partir da ciência econômica atendiam a uma necessidade de se instaurar métricas e indicadores que permitissem comparações e assim estabeleceram uma escala de níveis de desenvolvimento. No entanto, ao fixar seus parâmetros e conceitos, a economia acabou contribuindo para a contaminação dos sentidos originais de muitos termos ligados aos seus indicadores para diferentes povos, gerando déficits e carências. Assim, ao transformar conhecimento em escolarização, saúde em assistência médica e hospitalar, comida em produção e consumo de alimentos, a economia também criou a demanda por professores, escolas, centros médicos ou hospitais, médicos, remédios, indústrias alimentícias. E, em consequência, como afirma Esteva (2010) também delimitou uma linha de fronteira em torno do termo desenvolvimento que empurrou para suas margens a grande maioria da população do planeta que não conseguiu enquadrar seus modos de vida e tradições, bem como suas formas de subsistência tradicionais, no modelo de desenvolvimento em vigor e preconizado pelas sociedades industriais.

125

CONSIDERAÇÕES finais

Após uma reflexão sobre os sentidos e significados que envolvem a retórica do desenvolvimento, constata-se que nos empurram a uma armadilha conceitual. A ideia difundida de que os benefícios do desenvolvimento deveriam ser o objetivo perseguido por todas as nações é uma construção baseada na história do Ocidente, mais especificamente dos países ao Norte do continente europeu e americano, e nas concepções de futuro e de bem-estar produzidas por estas nações. No entanto, embora este discurso ainda seja hegemônico, não foi capaz de provar que todas as sociedades tenham as mesmas aspirações ou compartilhem as mesmas concepções sobre quais condições em suas vidas precisem ser melhoradas, o que faz com que o desenvolvimento, como um manifesto ou uma religião tenha se tornado universal, mas não se tornou, entretanto, transcultural, como afirma Rist (2008, p. 44).

A estratégia para a sobrevivência dos grupos ou sociedades que vivem a margem do desenvolvimento pregado indiscriminadamente a partir do século XIX e principalmente no século XX, passa justamente pela independência deste discurso e da sua reconciliação com as múltiplas e ao mesmo tempo singulares lógicas ancestrais de interações entre os sujeitos e o meio que os envolve, integradas aos

tecidos que os unem em grupos sociais, conforme sugere, por exemplo, Esteva (2010) referindo-se aqueles que chama de “*New Commons*”, ou seja, homens e mulheres comuns que, postos a margem do desenvolvimento, recuperam a autonomia das suas definições de necessidades, modo de vida e de subsistência fora das regras determinadas pelo mercado e pela economia. A emergência sutil desses grupos em distintas partes do planeta resgata para o centro do debate outras palavras: resistência, pluralidade, solidariedade, cooperação, confiança, hospitalidade, criatividade, diversidade, local, autonomia, equidade. Esta nova constelação semântica nos permite concluir que a metáfora do desenvolvimento que conduziu a humanidade no último século encontrou, enfim, seus limites. As novas metáforas deverão ser capazes de representar os distintos e particulares destinos e propósitos que diferentes povos e sociedades desejam para si, tornando claro que não existe um único e universal desenvolvimento, mas múltiplas e singulares possibilidades de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, Noam, *Imperial Ambitions. Conversations on the post 9/11 world. Interviews with David Barsamian.* New York: Metropolitan Books, 2005.

CONHEÇA A ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>> acesso em 20/06/2018

ESTEVA, Gustavo. *Development in SACHS, Wolfgang. The development Dictionary: A Guide do Knowledge as Power.* Londres: Zed Books, 2. ed, 2010. p. 1-23

MANDATE AND MISSION. Disponível em <[http://www.unrisd.org/80256B3C005BF3C2/\(httpPages\)/F847DB0B7E3947878025792000336079?OpenDocument](http://www.unrisd.org/80256B3C005BF3C2/(httpPages)/F847DB0B7E3947878025792000336079?OpenDocument)> acesso em 20/06/2018

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>> acesso em 23/06/2016

OLUKOSHI, Adebayo O., *Dependency Theory: Its enduring relevance.* In KUFAKURINANI, Ushehwe; KVANGRAVEN, Ingrid Harvold; SANTANA, Frutuoso; STYVE, Maria Dyveke (Eds.), *Dialogues on Development, Vol I: On Dependency.* Institute for New Economic Thinking, 2017. Disponível em <www.ineteconomics.org/education/young-scholars-initiative>. Acesso em 24 de Agosto, 2018.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. Theories of Development. Contentios, Arguments, Alternatives. New York: The Guilford Press, 3.ed, 2015.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>> acesso em 23/06/2016

UNITED NATIONS COMMISSION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Framing Sustainable Development The Brundtland Report – 20 Years On. Disponível em <http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd15/media/backgrounder_brundtland.pdf> acesso em 23/06/2016

RIST, Gilbert. The History of Development. From Western Origins to Global Faith. Trad. Patrick Camiller. Londres: Zed Books, 3. ed, 2008

RIST, Gilbert, Development as a buzzword. Development in Practice, 2007, 17: 4, 485 — 491.

Artigo Recebido em: 12 de fevereiro de 2021.

Artigo Aprovado em: 05 de junho de 2021.

